



Organização
Ana Estela Haddad

O QUE GRANDES CIDADES
E POLÍTICAS INTERSETORIAIS
PODEM FAZER PELA

PRIMEIRA INFÂNCIA



A photograph of children in a garden, with a woman looking on. The scene is outdoors, with greenery in the background. The children are focused on their work in the garden beds. The woman is partially visible on the right side of the frame, looking towards the children. The overall atmosphere is one of active learning and engagement with nature.

DESPERTAR O OLHAR, ROMPER O CICLO

Marcia Dias

Presidente da Associação beneficente Santa Fé, educadora e especialista no atendimento a crianças e adolescentes

Marília Belmonte M. da Silva

Graduada do departamento de História – FFLCH/USP, desenvolve pesquisa na área de arquivo, memória e história oral

Educar uma menina é educar toda uma família. E o que vale para as famílias vale para a comunidade e vale para o país. Não existe ferramenta mais eficiente para o desenvolvimento do que a educação das meninas. Nenhuma outra política é tão poderosa para ampliar a educação para a próxima geração.

Unicef (2004)

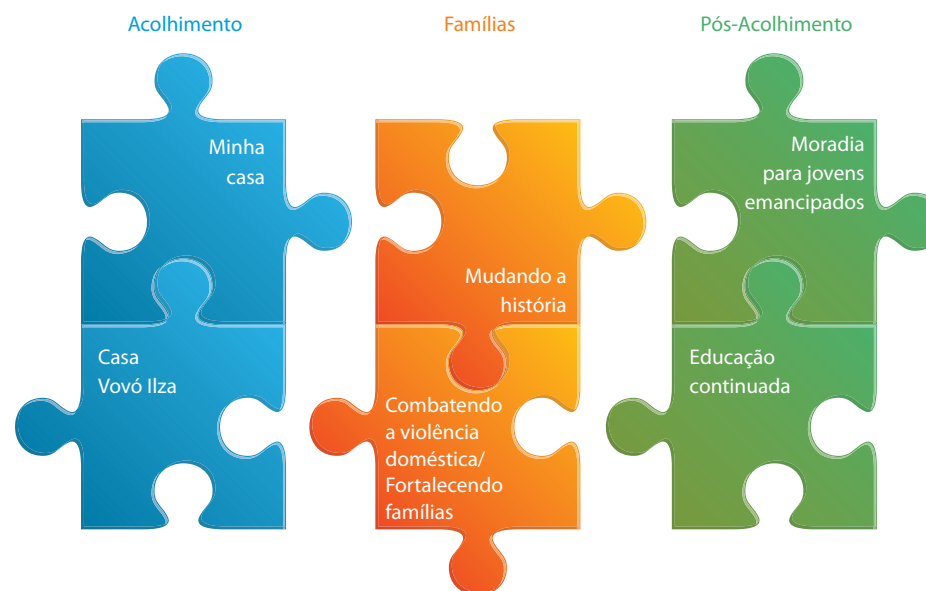
Constituída como organização não governamental, laica, de direito privado e sem fins lucrativos, a Santa Fé atende, há 22 anos, crianças, adolescentes, meninas-mães e suas famílias, que a sociedade convencionou chamar de população em situação de vulnerabilidade social. O objetivo neste texto é evidenciar o caráter desse trabalho e o quadro amplo que o conceito de vulnerabilidade não é capaz de abarcar, apresentando a realidade de um trabalho específico, com indivíduos detentores de características, virtudes e problemas únicos, jamais uma categoria.

A missão da Santa Fé é incluir as crianças e adolescentes, que enfrentam situações pessoais ou sociais de risco, na categoria universal de crianças e adolescentes comuns e totais, provendo-lhes um ambiente seguro e adequado ao seu desenvolvimento, respeitando suas particularidades e implementando modelos de atendimento que garantam a defesa e a promoção dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias.

Organizada em duas casas-abrigo em convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), a Santa Fé acolhe seu público em sistema de residência, desenvolvendo trabalho terapêutico individualizado. A casa oferece as condições necessárias para a superação de seus traumas, garantindo a oportunidade de uma vivência plena por meio de ação terapêutica sistêmica: educação, assistência médica e psicológica, oficinas, busca por reatar laços familiares, auxílio no processo de adoção ou emancipação e de socialização, isto é, a superação de suas vivências traumáticas, possibilidade de retorno a uma rotina comum e alcançar novos objetivos.

A “Minha Casa” atua como residência para crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social – abandonadas, em situação de rua, vítimas de violência, da exploração do trabalho infantil, da violência sexual, ameaçadas de morte. Já a “Casa Vovó Ilza” atua como residência para adolescentes grávidas ou com filhos, vítimas de maus-tratos, em situação de risco pessoal e social, na faixa etária de 11 a 17 anos e 11 meses, sem vínculo familiar ou com vínculos muito tênues, incluindo também as necessidades especiais desse público: saúde, comprometimento psiquiátrico e deficiências, prostituição e uso de drogas.

■ **Figura 1** – Estabelecendo o trabalho



Fonte: Santa Fé, 2015.

Calcula-se que 28% dos adolescentes que vivem nas ruas da cidade sejam meninas (CARRIEL, 2011) e são elas as mais atingidas pelos índices de violência. Na maior parte das vezes, as adolescentes saem de casa por terem sofrido abuso doméstico ou intrafamiliar, e encontram, na rua, ainda mais violência. As meninas na rua e, sobretudo, a gravidez dessas adolescentes tornam-se invisíveis.

A gravidez na adolescência é encarada hoje como fenômeno social mundial. Faz-se necessário que a sociedade brasileira volte seus olhos às taxas elevadas e contínuas. O relatório do *State of The World's Mothers*, publicado em 2004, afirma que “13 milhões de nascimentos (1/4 de todos os nascimentos do mundo) são de mulheres com menos de 20 anos, das quais 90% vivem em países em desenvolvimento” (ALVESA; MUNIZ; TELEXC, 2010).

“No Brasil, em 2011, 25 mil meninas entre 10 e 14 anos deram à luz, e 440 mil jovens entre 15 e 19 anos tiveram gestações não planejadas. Além disso, 21,5% dos partos no país são feitos em mulheres com menos de 20 anos” (NÚMERO, 2014).

A incidência da gravidez na adolescência tem aumentado nas camadas mais pobres, e, do ponto de vista físico-biológico, a gravidez na adolescência é de alto risco. A incidência de hipertensão, doença frequente na gravidez, é cinco vezes maior nas adolescentes, que também são mais propensas a ter anemia. Muitas já estavam anêmicas quando engravidaram e têm o problema agravado durante a gestação, aumentando a necessidade de cesárea (WAISSMAN, 2011) e o risco do nascimento de bebês prematuros e abaixo do peso. Para as meninas que



Aervo Casa Angéla

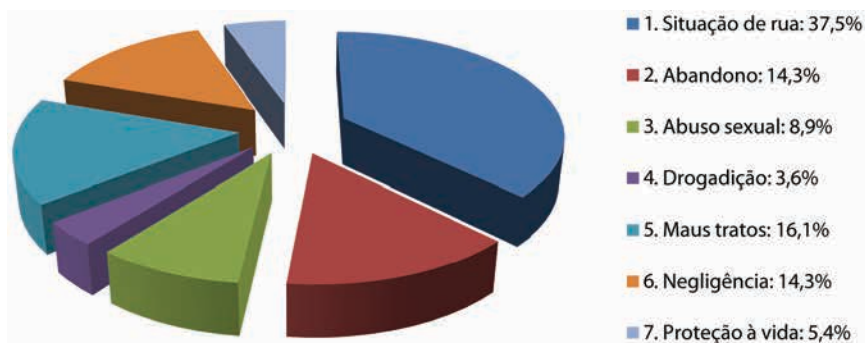


vivem nas ruas, soma-se a esses riscos o uso de drogas durante a gestação e o início tardio do pré-natal, tornando os riscos ainda mais altos.

Os gráficos a seguir ilustram algumas características comuns do público acolhido e a realidade vivenciada no trabalho cotidiano da Santa Fé. O primeiro gráfico evidencia os motivos de acolhimento, enquanto o segundo aborda a questão da gravidez ocasionada pelo estupro.

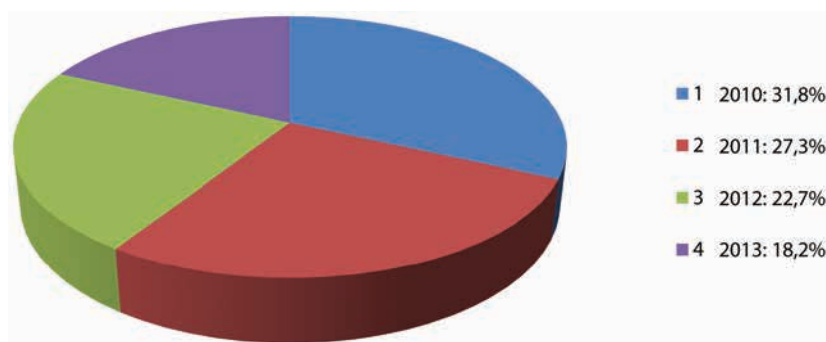
■ **Gráfico 1 – Motivos de acolhimento**

Fonte: Santa Fé, 2016.



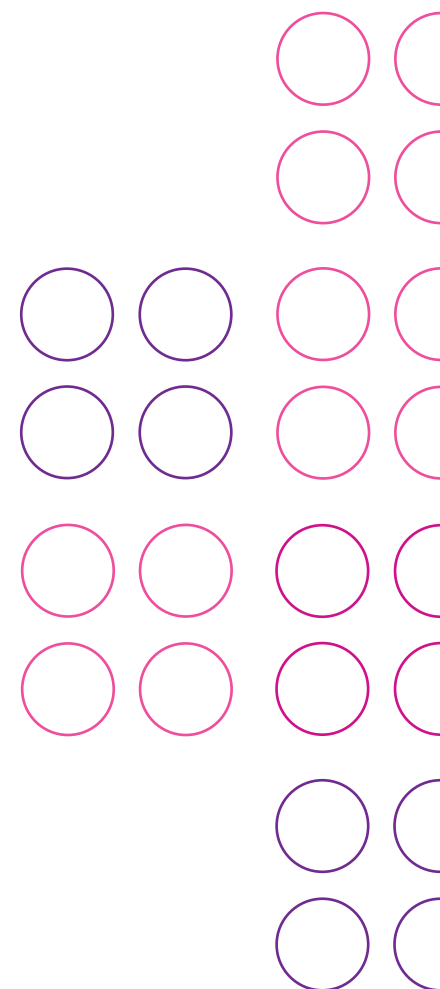
■ **Gráfico 2 – Gravidez por estupro**

Fonte: Santa Fé, 2016.



Tornar-se mãe se apresenta inicialmente como um choque e um desafio para a adolescente, mas, muitas vezes, transforma-se em um estímulo e no despertar de sonhos. Não há bagagem emocional, tampouco preparação física, e as transformações no corpo ocorrem de forma abrupta e são sentidas principalmente depois do parto: estrias, flacidez, obesidade e depressão.

O ambiente escolar formal apresenta-se como desafio a todas as crianças e adolescentes, porém é um desafio duplo para as adolescentes grávidas. Conciliar a vida estudantil com as transformações oriundas da gravidez, o trauma em casos de abuso, a imagem de “humilhação” por tornar-se mãe precocemente e de forma inesperada, além dos sintomas físicos, dificultam o acompanhamento escolar e seu interesse na rotina estudantil.



Ademais, ainda enfrenta-se a readaptação ao ambiente escolar no pós-parto. Assim, esses dois elementos, pré e pós-parto, combinam-se e culminam em um dos graves problemas para a adolescente grávida e para a mãe adolescente, isto é, as elevadas taxas de evasão escolar. As meninas mães, com suas novas rotinas, necessitam de um atendimento especializado e uma programação diferenciada, que seja capaz de atender suas novas demandas, mas não as exclua e as coloque em uma categoria à parte de sua turma e faixa etária, dificultando ainda mais sua adaptação.

De modo geral, a partir da saída de sua casa para a vivência na rua, a adolescente abandona a escola e mesmo que, posteriormente, seja acolhida e aceita pela escola, é comum que a adolescente sinta vergonha por sua gravidez e de ter um corpo maltratado pelo abuso, perdendo assim o interesse em frequentar a instituição escolar.

Após o nascimento da criança e com o fim do período de amamentação, enfrenta-se a dificuldade do retorno à escola sob o argumento da necessidade de inserir-se no mercado de trabalho. Infelizmente, essa concepção não é apenas das adolescentes, é também dos órgãos públicos e do Poder Judiciário, esquecendo-se que, com menos anos de estudo, aumentam as probabilidades das adolescentes não conseguirem ter e prover vida de qualidade ao filho. Na IV Conferência Mundial da Mulher¹, foram apresentados dados que comprovam que os filhos das mães adolescentes que deixaram a escola precocemente serão mais pobres que suas mães, uma vez que deverão entrar mais cedo no mercado de trabalho, também abandonando a escola.

Uma das questões primárias é a aplicação das leis de proteção, visto que, na maioria das vezes, as adolescentes e as famílias desconhecem tais garantias legais e, mesmo quando obtêm as informações, sua aplicação não ocorre facilmente. Isso demonstra a necessidade de ampliação das ações do setor público, de acesso mais abrangente ao Poder Judiciário e ao sistema de saúde, além de incentivos para uma produção intelectual especializada e que proponha um diálogo em nível nacional e uma reflexão sobre as especificidades regionais.

De um lado, o poder público que, mesmo contando com a atuação do terceiro setor, mostra-se incipiente para a atual necessidade, e de outro, a produção intelectual que não atinge o volume e o espaço temporal necessários. A literatura disponível ainda se apresenta de forma muito geral, e ambos os aspectos dialogam muito pouco, demonstrando a necessidade do estabelecimento de uma rede de pesquisas a nível nacional sobre as questões da infância e da juventude, de grande acessibilidade, que auxilie na elaboração e gestão de políticas públicas.

¹ “Em 1995, aconteceu em Pequim a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres. O resultado do encontro foi um acordo com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero e eliminar a discriminação contra mulheres e meninas em todo o mundo. O documento, chamado “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”, listou 12 pontos prioritários de trabalho, além de ações detalhadas para alcançar seus objetivos estratégicos. Em suma, trata-se de um roteiro para o avanço da igualdade e do empoderamento das mulheres nos países.” Mais informações sobre a Conferência estão disponíveis no site ONU Mulheres (2016).

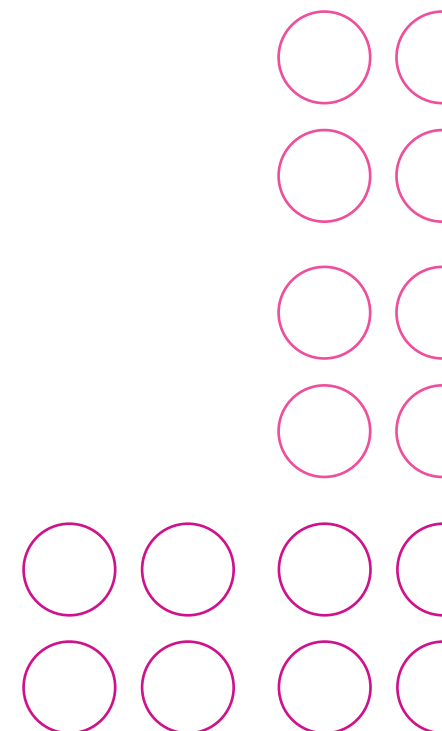
Um dos princípios norteadores do trabalho na Santa Fé é o conceito de educação para a paz, isto é, a luta contra a violência simbólica e estrutural existente nos espaços sociais e familiares das crianças e adolescentes, a partir de estímulos em prol da compreensão e da aceitação da subjetividade de cada indivíduo. Esse eixo baseia-se na tolerância, solidariedade e compartilhamento, respeitando direitos individuais e coletivos, tendo como máxima a promoção do diálogo e da mediação.

A violência é sentida e vivenciada todos os dias nas grandes cidades do mundo; não é um problema exclusivo do Brasil, mas em nosso país adquiriu características próprias e tornou-se um desafio social. O sentimento de insegurança, infelizmente, promove um processo de confinamento por meio de aparatos tecnológicos, apatia social e alienação, em que observamos falta de estranheza em relação a situações degradantes da condição humana, e sua consideração como comuns, práticas cotidianas, retratos de nossa sociedade. Porém, sabemos que alguns setores da sociedade mobilizam-se na ação prática, seja por meio da divulgação e conscientização de que tratamos de um problema que diz respeito a toda a população, seja na busca de políticas públicas, envolvimento, resoluções e avanços sociais capazes de abrangerem os diferentes setores da população. Há uma preocupação real com o futuro e o desejo por paz. Muitas vezes, tal preocupação surge de forma ensimesmada e a ideia de paz é pensada como o oposto do conflito materializado de forma física em assaltos, sequestros e outras formas de delitos, que possuem números bastante alarmantes. No entanto, o conceito de paz envolve um contexto maior, sendo a garantia de reconhecimento mútuo da dignidade, direitos e deveres do indivíduo e da coletividade, de forma que haja uma convivência harmoniosa, digna e igualitária.

Pensando o contexto histórico, até o século 20 tratar a pauta da paz significava, de forma mais estrita, o fim dos conflitos armamentistas. Entretanto, hoje, englobamos no conceito de paz questões políticas, econômicas e sociais. Deste modo, alcançar o ideal de paz não se refere apenas à cessão de conflitos bélicos, mas também à busca por políticas democratizantes, luta pela diminuição da desigualdade social, desenvolvimento econômico sustentável e respeito aos direitos humanos, desafios de grande porte para todas as nações.

Barreiras físicas e imaginárias foram criadas para garantir a sensação de proteção, mas confinam o homem em um limitado espaço de convivência, como o exemplo do número crescente de condomínios fechados e o uso de empresas de segurança pessoal. No entanto, essas barreiras impossibilitam alcançar a totalidade do cotidiano pós-moderno e dificultam a implementação real de uma cultura de paz. Ela não pode ocorrer de forma excludente e isolada, mas sim a partir de uma construção coletiva e comunitária, tendo nos membros da sociedade os sujeitos e criadores da ação.

Temos o compromisso social com as crianças e adolescentes brasileiros de garantir o acesso a seus direitos, de possuir uma formação de amplo conhecimento crítico, que possibilite o acesso



Eduardo Ogata



a valores sociais, o desenvolvimento de relações harmoniosas que valorizem os aspectos culturais diversos e a percepção da realidade social experimentada. A cultura de paz exige uma relação de convivência pautada pela igualdade, pela justiça, pela liberdade e pela mediação de conflitos, ou seja, uma mudança coletiva de consciência e ação.

A situação de abuso intrafamiliar dos mais diversos gêneros direciona muitas crianças e adolescentes às ruas das cidades brasileiras, ou seja, é um processo microsocial oriundo da situação macro de nossa sociedade. Uma criança ou adolescente não abandona seu lar ou, ainda, a ideia de lar apenas por abandonar. Há situações que os induzem a essa decisão, tendo em seu cerne a violência. As consequências de tal ato são a desestruturação familiar e, em alguns casos, a perda dos vínculos fraternais, chegando às questões de socialização no espaço público.

A violência intrafamiliar e doméstica não é, na maioria dos casos, facilmente identificável e está diretamente associada à forma como a sociedade se organiza e com o estabelecimento de relações hierárquicas assimétricas. Tais relações acarretam a subordinação de um ou mais envolvidos, apresentando números mais elevados para crianças e mulheres, evidenciando um caráter cultural. Esse aspecto está arraigado à visão de fragilidade e submissão desses dois grupos sociais, além da vulnerabilidade etária no que tange às crianças e aos adolescentes.

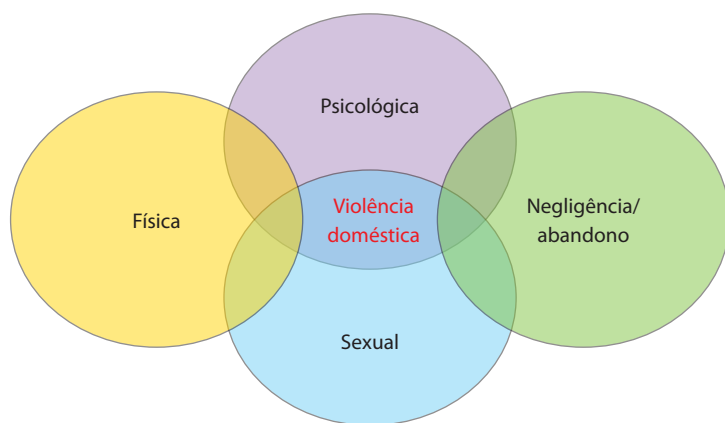
Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e das leis de proteção à mulher, previa-se a garantia de direitos e proteção desses grupos sociais. No entanto, sabemos que o quadro ainda é bastante alarmante, gerando a necessidade dessa pauta ser uma das prioridades em gestão política. A questão da violência acarreta efeitos psicológicos, distúrbios comportamentais, sentimento de incompletude e perda, lacunas no desenvolvimento intelectual relacionadas às dificuldades de concentração e confiança, não valorização e suspeição frente às relações humanas.

A criança e o adolescente, vítimas das mais diversas formas de abuso, tendem a desenvolver formas de autopreservação que afetam diretamente sua maneira e as possibilidades de relacionamentos. Passam a ter dificuldade em expressar questões emocionais, entendendo-as como fraqueza. A partir da socialização nas ruas, criam formas de comunicação intragrupo, que atuam na sensação de proteção (por representarem algo que apenas um pequeno grupo tem domínio) e da formação de uma rede de relações. Além disso, as possibilidades de diálogo parecem inviáveis ou pouco frutíferas, elevando a violência à categoria de resolução de conflitos.

A violência doméstica transforma drasticamente as relações familiares, visto que, na maioria dos casos, as vítimas deixam de considerar-se parte da família e de ter laços afetivos com o agressor ou com aqueles que foram incapazes de detectar e por fim à agressão. Assim, abre-se espaço para a formação de laços afetivos com pessoas sem identificação sanguínea, estabelecidos por amizade, interesse e sentimento de pertencimento e/ou semelhança.

Quando abrigada, portanto, há uma dupla ação: detectar quais relações são realmente benéficas e tentar realizar a reaproximação com os familiares em um processo de acolhimento, compreensão e espera pela resposta individual.

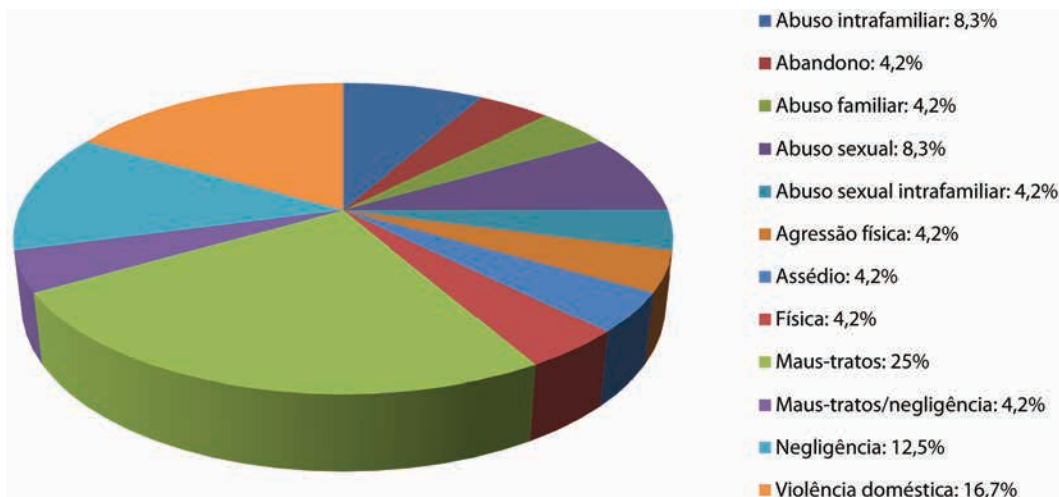
■ **Figura 2** – Violência Doméstica



Fonte: Santa Fé, 2016.

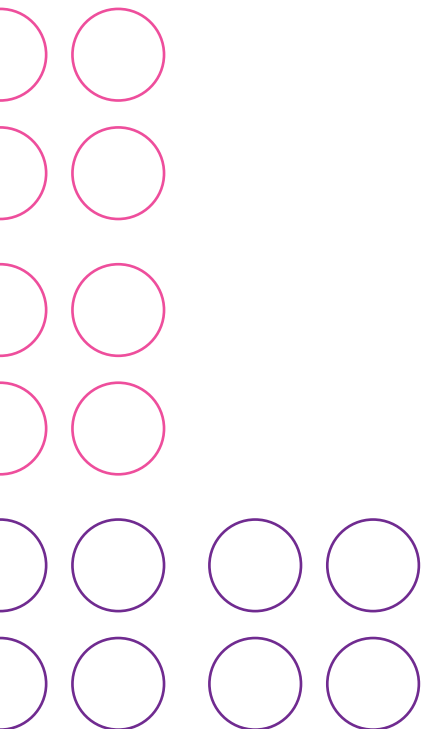
O gráfico a seguir esboça as estatísticas de violência contra as meninas atendidas no período de 2007 a 2015, na Casa Vovó Ilza, evidenciando o fator doméstico e intrafamiliar:

■ **Gráfico 3** – Estatística da violência contra meninas atendidas na Casa Vovó Ilza de 2007 a 2015



Fonte: Associação Beneficente Santa Fé, novembro de 2015.

A vivência nas ruas promove, em muitos casos, a sensação de autonomia, de ser “dono de si” e significa livrar-se da opressão vivenciada anteriormente, mas temos conhecimento de que o contexto real diverge da visão romantizada e esperançosa que muitos criam. Viver nas ruas significa enfrentar novas situações de abuso vindas de diferentes frentes, tais como



a exposição à violência, à criminalidade, ao mercado informal de trabalho, à ausência de sedentarização, à intempéries e à subnutrição. Em um grupo de 38 meninas atendidas pela Santa Fé, observamos que 24 das garotas fizeram o seguinte percurso:

■ **Figura 3** – Percurso das meninas atendidas pela Santa Fé

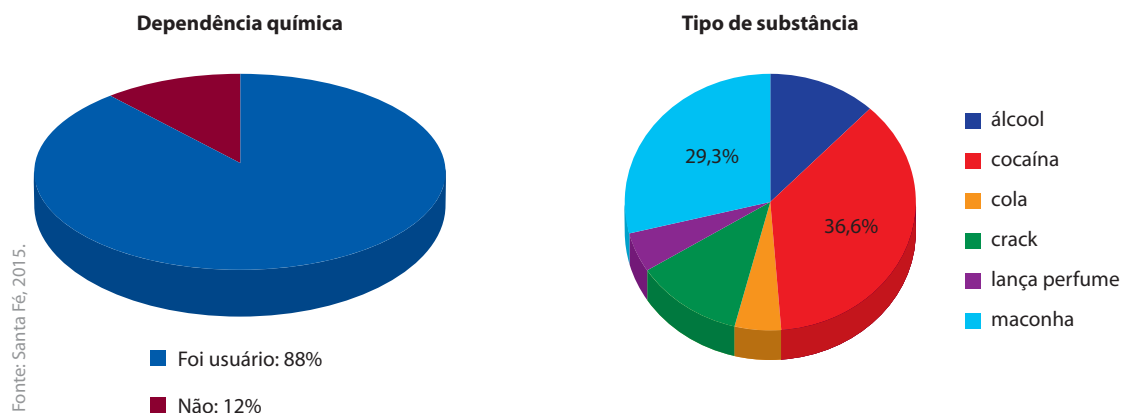


Fonte: Elaborado pela autora.

A questão do contato com as drogas também relaciona-se ao processo da socialização nas ruas. Crianças e adolescentes tornam-se alvos fáceis para o tráfico e o consumo de drogas, assim como para o mercado informal de trabalho e suas baixas remunerações. Dessa forma, vemo-nos envolvidos em um ciclo e nos deparamos com a questão: como rompê-lo?

Os gráficos a seguir revelam as estatísticas sobre o consumo de drogas observadas entre 2007 e 2015, na Casa Vovó Ilza:

■ **Gráficos 4 e 5** – Consumo de drogas entre meninas acolhidas pela Casa Vovó Ilza (2007 a 2015)



O trabalho na Casa Vovó Ilza objetiva ser especializado no atendimento de um público socialmente invisível: adolescentes grávidas ou que já se tornaram mães e que se encontravam em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, atuando como família substituta ou transicional e gerando um ambiente emocional de segurança e superação da dor.

O estabelecimento do trabalho terapêutico, individualizado e sistêmico, visa abranger todos os direitos básicos e as ferramentas necessárias para uma vivência plena da adolescente, além do desenvolvimento da maternagem de forma construtiva e harmoniosa. Outro ponto vital do trabalho é o de buscar a reconstituição da tessitura familiar, independentemente da eventualidade do retorno para casa. A metodologia de trabalho baseia-se na gestão de grupo e permeia a organização como um todo. Dois são os espaços para garantir a cogestão dos trabalhos junto aos profissionais: reunião operativa e supervisão institucional, ambas realizadas uma vez por semana.

A supervisão institucional, realizada por duas horas semanais, é fundamental para garantir a estabilidade emocional dos profissionais envolvidos no trabalho. Buscando mediar os conflitos da equipe e a melhor dinâmica para o atendimento da adolescente quanto ao desenvolvimento/evolução do projeto individual, objetivando a redescoberta, no ambiente institucional, de uma segurança que foi corrompida ou interrompida, sendo esta segurança proporcionada pela confiança nos profissionais envolvidos. Estamos nos referindo a uma confiança humana e não mecânica, portanto é necessário que os profissionais tenham também vínculo de confiança em seus pares e na instituição.

O trabalho deverá reconhecer cada adolescente enquanto universo individual e cultural, e é desejável que todas as formas de expressão sejam respeitadas e aprendidas. O exercício do trabalho estará centrado na participação do grupo que deverá reunir-se sistematicamente para discutir suas tarefas, seu desempenho e suas dificuldades.

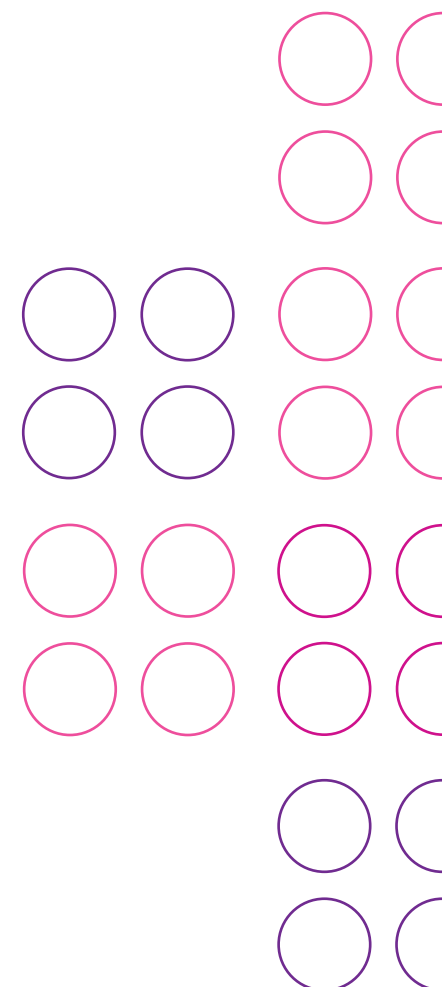
As rotinas de convívio social são cuidadosamente implantadas a partir de ampla discussão com as adolescentes, buscando uma relação horizontal. Nas rotinas, é necessário que se inclua os direitos à defesa de sua cultura, da pluralidade e do significado de todas as suas experiências, sejam elas religiosas, étnicas, sexuais, qualquer que seja sua afirmação cultural. É preciso garantir, a cada adolescente, o direito de construir sua própria existência de forma livre e responsável.

A participação das adolescentes na formulação das regras, bem como nas definições de suas rotinas, permitirá sua atuação com mais naturalidade e o descumprimento das regras deverá ser tratado no coletivo, ressaltando sempre o particular da adolescente.

Como forma de participação e mediação de conflitos, as adolescentes têm espaços individuais, em pequenos grupos e ainda em assembleia geral, quando são abordados os problemas coletivos. As assembleias podem ser convocadas a qualquer momento em que se fizerem necessárias, tanto pelos profissionais quanto pelas moradoras. A proposta é que sejamos capazes de substituir a violência vivida/apreendida pela palavra e pelo diálogo, em um exercício que deve ser cotidiano e pautado pelas demandas do grupo.



Eduardo Ogata



Todos os profissionais envolvidos deverão estar preparados para responder às necessidades das adolescentes, compreendendo o universo mental de cada uma, ampliado com a vivência particular de cada profissional na relação com as adolescentes grávidas e seus filhos.

As adolescentes grávidas ou com seus filhos deverão ser acolhidas, e não punidas, em função de seus comportamentos indesejáveis, o que não significa permissibilidade, mas compreensão e clareza dos limites apontados. Um bom ambiente não nega a existência de problemas, ao contrário, lida com eles de forma verdadeira e segura, buscando alternativas de solução ou de apoio no coletivo.

Para se obter maior índice de êxito, o trabalho promove a emancipação das adolescentes, visto que a sua autonomia está diretamente relacionada ao processo de ressignificação de suas vidas, e para promovê-lo é obrigatório que a instituição seja permeável e suficientemente aberta para que, paralelamente ao processo de crescimento individual de cada uma, proporcione experiências múltiplas, diversificadas e plurais, colocando-as em contato com o mundo real, desmistificando-o e tornando-o compreensível, para então inseri-las verdadeiramente, invalidando a subalternidade como única porta de entrada. É imprescindível que o retorno à família seja acompanhado até sua adaptação definitiva.

O processo de emancipação para moradia independente deverá ser gradual após o período de efetivação no trabalho. É desejável que a adolescente possa sair da Santa Fé tendo sua nova casa organizada, utilizando suas economias para compra de seus móveis, equipamentos e utensílios. A escolha da casa, o contrato de aluguel e outras questões burocráticas serão acompanhadas, sistematicamente, pela equipe dentro de um prazo mínimo de seis meses, por meio de visitas domiciliares regulares, devendo ser incentivadas a organização de moradia independente com outras jovens mães (repúblicas).

A gravidade e a continuidade do quadro de pauperização e a falta de acesso a direitos considerados básicos impõem um desafio não só ao poder público, mas à sociedade. Vivenciamos um período de furor pelo ideal de progresso e ascensão, entretanto observamos que uma parcela de nossa população é negligenciada e marginalizada, sendo podada de direitos e vítima da mais diversa gama de agressões.

A narrativa das crianças e adolescentes é hoje negligenciada, assim os desafios da Associação Beneficente Santa Fé envolvem delicados pontos de nossa realidade social, isto é, o problema da infância e da adolescência, no Brasil, e todos os macroproblemas oriundos desse contexto. Buscando romper com o ciclo de pobreza, auxiliar no resgate da estrutura familiar, valorizar as experiências de seu público, ouvindo suas narrativas e aprendizados, anterior ao processo de acolhimento. Além de acrescentar novos elementos e organizar sua rotina, a Santa Fé desenvolve, atualmente, um projeto bem-sucedido de ação prática, mas que torna obrigatória a constante observação, o trabalho diário em várias frentes e o apoio social para sua continuidade.

Finalizamos este texto ressaltando o perfil tão vasto do público acolhido pela Santa Fé e a amplitude de problemas enfrentados por ele. Assim, dividi-lo em categorias – criança de rua, criança em situação de vulnerabilidade ou mãe adolescente – torna impossível identificá-lo como indivíduo único, abrindo mão do pacto social de todos os brasileiros em zelar por nossas crianças e adolescentes.

Nossa jornada de enfrentamento social e promoção de segurança, liberdade, autonomia e direitos humanos irrevogáveis é cotidiana. Obtemos como resultado a conquista da quebra do ciclo da violência e pauperização, a conquista da emancipação e a inserção em um ambiente pleno para o desenvolvimento da mãe e da criança. O trabalho é construído dia a dia, a partir de uma rede de colaboração, uma relação recíproca, que cria laços e promove novas descobertas a cada ano.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. D.; MUNIZ, M. C. V.; TELES, C. C. G. D. Estudos Sobre Gravidez na Adolescência: a Constatação de um Problema Social. *Ciências Biológicas e da Saúde*, Paraná, v. 12, n. 3, p. 49-56., 2010.
- CARRIEL, P. 23 mil crianças ainda vivem nas ruas do Brasil. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 mar. 2011. Vida e cidadania. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/23-mil-criancas-ainda-vivem-nas-ruas-no-brasil-epp6rlbvnylrlimpam9dv7426>>. Acesso em: 7 abr. 2016.
- Número de adolescentes grávidas chega a 7,3 milhões, aponta ONU. *Globo*, Rio de Janeiro, 30 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/09/numero-de-adolescentes-gravidas-chega-73-milhoes-aponta-onu.html>>. Acesso em: 7 abr. 2016.
- ONU Mulheres. Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>>. Acesso em: 9 abr. 2016.
- SITUAÇÃO Mundial da Infância 2004. BRASÍLIA, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 2004. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/situacao_mundia_da_infancia_2004.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- WAISSMAN, A. L. Gravidez na adolescência. *Dr. Drauzio*, São Paulo, 5 out. 2011. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/mulher-2/gravidez-na-adolescencia-2/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

